

## ATA 03

Ata 03/2011 – Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Dr. Cyro Fernandes do Lago, 167, Vila Pioneiro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para reunião extraordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros titulares: Solange Silva dos Santos Fidélis, Márcia Fath, Roseli Terezinha Gass, Maria Inês Borges Mânica, Simone Beatriz Ferrari, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Ivone Laguna Abreu, Rosana Aparecida Pinho Franco dos Santos, Esther Luiza de Souza Lemos, Micheli Cristine Schneider, Elisabete Medeiros Backes, Lucimar Recalcatti Vieira, Raquel Cassol da Silva, Renate Neumann S. Cardoso, Vânia Frigotto, Valdenice dos Santos Souza, e os suplentes: Rejane Linck Neumann, Fernanda Pape, Ruth Lemes Palma, Sandra Cordeiro Muniz, Tiago Henrique Godoy da Silva, Alcídio Roque Pastório, Margarete Justina Frasson, Maria Aparecida Soares dos Santos, e os participantes: Ires Damian Scuzziato, Juliano Varanis, Doralice M. Araújo, Rosangela Aparecida Pereira, Fábria Pereira da Silva, Danielli Dal Pozzo, Silvana Regina dos Santos, Anderson dos Santos Tosti, Daniela Liesenfeld, Aline Rossa, Edina Maria da Silva, Regiani Eliziê Furquim de Camargo, Aleliany Marieley Rodrigues dos Santos, Ana Paula Paluski, Franciele L. Barreiro, Marguita Márcia Kaufert, Emilio Teodoro R. da Silva, Martha Regina Rohr, Ângela Kant Martins, Mabile Caetano Cazela, Andressa Elisa Martos Antunes, Gilberto Engelmann, Antonio Carlos de Azevedo e Paulo César Rodrigues. A presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica, inicia a reunião dando boas vindas à todos os presentes e informa à plenária que a Secretária Executiva do CMAS, Tânia Roseli dos Santos Midding encontra-se em período de férias lembrando que conforme o Regimento Interno do CMAS, em casos de ausência da Secretária Executiva, a plenária deve nomear uma Secretária “*Ad hoc*”, sugerindo o nome da Assistente Social do Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Fernanda Pape. Coloca em votação, sendo a plenária favorável a proposta. A Presidente dá prosseguimento à reunião iniciando a leitura da Pauta: a) Preenchimento de instrumentos de Fiscalização de Prestação de Contas referente ao exercício 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome referentes ao IGD, Piso Básico Variável e BPC na Escola; b) Preenchimento de Questionário Avaliativo do Conselho Nacional de Assistência Social sobre a Resolução nº 16/2010; c) Escolha e Aprovação de nova data para entrega de documentos para Inscrição de Entidades, Equipamentos e Serviços no Conselho Municipal de Assistência Social. Fernanda Pape solicita alteração de ordem da pauta, sugerindo para que o item c) passe a ser o primeiro item. A Presidente coloca a sugestão para aprovação. A Sugestão foi aprovada. Fernanda expõe para a plenária que houveram diversas ligações de Equipamentos e Entidades da rede socioassistencial, inclusive protocolo realizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal solicitando a prorrogação da data de inscrição de Equipamentos e Entidades no CMAS. A Conselheira Lucimar Recalcatti pede qual a data que a Resolução nº 16/2010 determina que seja realizada a inscrição no CMAS e Fernanda responde que é até o dia cinco de maio. A Conselheira Roseli Gaas argumenta que não dá para estender muito a data para solicitação de inscrição, lembrando que a Comissão de Fiscalização do CMAS ainda terá que fiscalizar todas as Entidades/Equipamentos que pleitearem inscrição. Roseli solicita ainda, que todos os Conselheiros que compõe a Comissão de Fiscalização participem da reunião da Comissão quando forem convocados, destacando a importância da Comissão contar com o apoio de todos os Conselheiros que a compõe. Fernanda sugere que a data para a solicitação de inscrição seja dia 30/03/2011. A Presidente Maria Inês coloca a proposta para votação, tendo sido aprovada pela plenária a data de 30/03/2010 como limite de pedido de inscrição no CMAS por Entidades/Equipamentos da rede socioassistencial. Em seguida, a Presidente Maria Inês passa a palavra à Conselheira Raquel Cassol da Silva, para que discorra sobre o item de pauta “Preenchimento de Instrumentos de Fiscalização de Prestação de Contas do exercício 2009, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome referentes ao IGD”. Raquel inicia sua explanação lembrando aos conselheiros que o Plano de Aplicação referente aos Recursos do IGD de 2009 já foi aprovado pelo CMAS no ano de 2009, conforme Ata nº 34/2009. Raquel retoma a ata, lembrando que naquele ano, a Coordenadora do Programa Bolsa Família era Andressa C. Müller e que esta foi quem apresentou ao Conselho o Plano de Aplicação dos recursos do IGD. Raquel informa que os recursos recebidos do IGD (Índice de Gestão Descentralizada) podem oscilar, dependendo do acompanhamento realizado às famílias beneficiadas e do envio das informações no sistema do Programa Bolsa Família - PBF. Esclarece que alguns índices medem o desempenho do município em relação ao repasse de recursos, sendo eles: Índice de Validade dos Cadastros; Índice de Atualização de Cadastro; Índice de Condicionais de Educação e Índice de Condicionais de Saúde. A Conselheira Solange Fidelis mostra no Sistema on-line, que as Prestações de Contas do IGD no Sistema SUAS WEB, até o momento estavam em conformidade e que neste mês, abriu uma nova aba no sistema para que o Conselho Municipal de Assistência Social responda se os recursos que foram repassados ao município

foram corretamente aplicados, conforme as seis perguntas que estão na aba “Demonstrativo” do Sistema SUAS WEB. A Conselheira Raquel retoma as explicações com apresentações em Power Point referente à Prestação de Contas 2009 e a finalidade a qual se destinaria os recursos. Na apresentação, consta que para o ano de 2009, ficou reprogramado do ano de 2008 um superávit de R\$ 44.562,43 (quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), dos quais: R\$ 11.800,00 (mil e oitocentos reais) teve como finalidade o acompanhamento da Saúde – PBF, com a aquisição de 20 (vinte) Balanças Pediátricas Digitais; R\$ 980,00 teve como finalidade o acompanhamento da Saúde – PBF, com a aquisição de 20 (vinte) Réguas Pediátricas; R\$ 20.993,00 (vinte mil, novecentos e noventa e três reais), utilizado para a aquisição de 7 (sete) computadores, que teve como finalidade o atendimento da população e gestão do Programa Bolsa Família no CAD Único, Saúde, Educação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; R\$ 318,00 (trezentos e dezoito reais) com a finalidade de atender ao Programa Bolsa Família e Instância de Controle Social do Bolsa Família, com a aquisição de 1 (uma) máquina fotográfica digital; R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) com a finalidade de atender ao setor de educação, com a compra de 1 (uma) cadeira para gestora máster da educação; R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a utilização do CMAS, Gestão da Secretaria de Assistência Social e pelos CRAS em reuniões com famílias, sendo um projetor multimídia; R\$ 3.586 (três mil e quinhentos e oitenta e seis reais) utilizado com a compra de 1 (um) Notebook, que é utilizado nas reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social e reuniões com famílias nos CRAS e R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), que foi utilizado para aquisição de 4 (quatro) armários especiais, que estão na gestão do Programa Bolsa Família. No ano de 2009, foi repassado para o município o valor de R\$ 69.208,78 (sessenta e nove mil, duzentos e oito reais e setenta e oito centavos), que foi utilizado da seguinte forma: R\$ 21.059,47 (vinte e um mil, cinqüenta e nove reais e quarenta e sete centavos) com a contratação de 20 (vinte) estagiários/as para a revisão Cadastral, RAIS e TCU; R\$ 23.992,00 (vinte e três mil e novecentos e noventa e dois reais) na aquisição de oito computadores para a Gestão do PBF, CRAS, Pro Jovem e Educação; R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) na compra de 4 (quatro) escrivanhinhas para o CRAS II e CRAS IV; R\$ 1.491,00 (mil quatrocentos e noventa e um reais) na compra de 21 (vinte e uma) cadeiras universitárias para o CRAS I e CRAS IV; R\$ 37.170,00 (trinta e sete mil, cento e setenta reais) na aquisição de um carro para a Gestão do PBF; R\$ 2.280,00 na aquisição de 10 (dez) Nobreak para as áreas de Saúde, Assistência Social e Educação. Do total dos saldos remanescentes do ano de 2008, foi repassado pelo Governo Federal R\$ 44.562,43 (quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), com valor de contrapartida Municipal de R\$ 10.238,00 (dez mil e duzentos e trinta e oito reais) e Valor Total Gasto R\$ 54.800,43 (cinqüenta e quatro mil, oitocentos reais e quarenta e três centavos). Em relação ao ano de 2009, foi repassado pelo Governo Federal R\$ 69.208,78 (sessenta e nove mil, duzentos e oito reais e setenta e oito centavos), com valor de contrapartida Municipal de R\$ 18.971,26 (dezoito mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos) e Valor Total Gasto de R\$ R\$ 88.180,04 (oitenta e oito mil, cento e oitenta reais e quatro centavos). Portanto, foi gasto em 2009 o valor total de R\$ 142.980,47 (cento e quarenta e dois mil reais, novecentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos). Raquel informou que no presente dia, haveria uma reunião da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família e os membros da Instância estavam presentes nesta reunião do CMAS para esclarecer eventuais dúvidas do Conselho em relação a destinação dos bens adquiridos, explicando que a Comissão já realizou a aplicação dos recursos. Em seguida, foi iniciado a leitura das perguntas que constam no questionário do SUAS WEB, sendo que houve ampla participação da plenária nas respostas das mesmas. “Pergunta 1) Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada a administração pública? Resposta: Sim. Foram observadas as legislações.” Em relação a “Pergunta 2) Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da Portaria que regulamentou do Índice de Gestão Descentralizada - IGD?” Raquel Cassol apresentou a Portaria nº 148/2010, expedida pelo MDS, lendo no que o recurso pode ser aplicado. A Conselheira Vânia Frigotto sugeriu que para responder a questão, poderia ser colocado em qual das opções de gastos que se encontra na referida Portaria, em que o recurso foi aplicado. A plenária iniciou uma discussão a respeito da proposta da conselheira e entendeu que a pergunta é mais objetiva, bastando responder se os recursos foram gastos no que dispõe a Portaria nº 148. Dessa forma, a “Respostada da Pergunta 2 ficou: Sim. Os recursos foram aplicados conforme orientações da Portaria do MDS nº 148, de 27/04/2010.” “Pergunta 3) Os recursos alocados na gestão do PBF foram utilizados, em sua totalidade, nas finalidades para os quais foram disponibilizados?” tendo como “Resposta da Pergunta 3: Sim. Os recursos foram utilizados na sua totalidade e estão alocados nos respectivos espaços para os quais foram adquiridos.” Com relação a “Pergunta 4) Segundo avaliação do Conselho, o município realiza uma adequada gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada de forma intersetorial, compreendendo as atividades necessárias para o registro da informação da frequência escolar, da agenda de saúde e a sistematização e análise dessas informações?” A Conselheira Simone Ferrari solicitou informações de como estavam, no ano de dois mil e nove, os índices das condicionalidades, argumentando que seria importante colocar em qual área foi o

menor e em qual área foi o maior índice de cumprimento de condicionalidades. A Conselheira Esther destaca a importância da intersectorialidade. Reforça a preocupação da Conselheira Simone e diz que realmente, deve ser relevada, pois sabe-se das dificuldades da saúde em acompanhar as condicionalidades do PBF, como já foi debatido outrora nas reuniões do CMAS. A Secretária de Assistência Social, Ires, comenta sobre o intenso trabalho que está sendo realizado para a renovação dos Cadastros nos CRAS. A Conselheira Solange chama a atenção que a análise que está sendo feita é em relação ao ano de dois mil e nove. Raquel apresentou a planilha dos índices de dois mil e nove, informado que o índice varia de zero a um e quanto mais próximo de um, melhor está o índice. Afirma ainda, que no ano de 2009, com os vinte estagiários, foram visitados 4.943 domicílios. Raquel fala que o menor índice de condicionalidade é o de atualização cadastral. O Conselheiro Tiago Godoy explica que esse índice de atualização cadastral se dá por vencimento dos cadastros e também pelo aumento da estimativa da população do município, conforme índices do IBGE. Considerando as explicações, a “Resposta da Pergunta 4 ficou: Sim. O município manteve um índice estável, registrando-se o menor índice no quesito atualização cadastral e o maior na educação.” Em seguida, foi lido a “Pergunta 5) Segundo Avaliação do Conselho, a gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único referentes aos cidadãos residentes no município?” A conselheira Esther lembrou o trabalho dos acadêmicos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná no ano de 2009 na divulgação do CAD em Equipamentos da rede socioassistencial e menciona que deve ser retomada a questão do Projeto de Extensão Universitária com estagiários, pois considera que surte efeito positivo nas comunidades/bairros que utilizam os Serviços da Política Pública de Assistência Social e para a sociedade como um todo. Raquel fala que os estagiários também fizeram parte de atualizações cadastrais e que foram feitas divulgações em rádio, TV, além de iniciar reuniões com as famílias que buscavam a realização de novos cadastros, o que acabou sendo chamada de reunião de CAD Novo. Dessa forma, a “Pergunta 5 foi respondida da seguinte forma: Houve no Município novas metodologias que avançaram no quesito divulgação. Entre elas, reuniões de CAD Novo e parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com envolvimento de bolsistas de Projeto de Extensão e divulgação em diversos espaços da rede e meios de comunicação.” Com relação ao Parecer Deliberativo, a Plenária foi favorável a “Aprovação Total” do preenchimento do Questionário das informações de comprovação de gasto do IGD-M referentes ao exercício de 2009 no Demonstrativo do SUAS WEB. Passando para o próximo item de pauta, a conselheira Solange Fidelis tomou uso da palavra e explicou que seria preenchido o campo “pendências” do SUAS, item Piso Básico Variável. Solange lê a pergunta: “O percentual de execução do Piso Básico Variável foi de apenas 20,45% do valor repassado pela União” e explica que esse percentual de 20,45% é referente apenas à última parcela do ano de 2008, que foi depositado na segunda quinzena do ano de 2009. Ela explica que o Piso Básico Variável (Agente Jovem) foi inserido no Serviço Sócio Educativo Pró-Jovem no início de 2009. Ocorre que o Município ficou com gastos a pagar em 2009 referente ao empenho de 2008 no valor de R\$ 6.487,70 (seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta centavos), com saldo financeiro de R\$ 6.391,50 (seis mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos), ficando um valor a pagar de R\$ 96,20 (noventa e seis reais e vinte centavos). O valor repassado pelo MDS em 21/01/2009, foi referente a parcela nº 12/2008, que totalizava R\$ 458,33 (quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos). Esse valor, somado aos rendimentos de R\$ 12,01 (doze reais e um centavo), totalizou R\$ 470,34 (quatrocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos). Deduzindo deste total o saldo a pagar de R\$ 96,20 (noventa e seis reais e vinte centavos), restou o saldo de R\$ 374,14 (trezentos e setenta e quatro reais e quatorze centavos), o qual foi restituído para o MDS no início de 2009. A conselheira lembrou que em Janeiro/2009, não houve mais atividades deste Piso Básico Variável – Agente Jovem, passando a existir recursos do Programa Pró-Jovem na modalidade do Piso Básico Variável I – Pró-Jovem. Dessa forma, foi marcada a opção de resposta “O percentual de execução dos pisos foi inferior devido ao repasse das últimas parcelas terem ocorrido no final do ano e não houve tempo hábil para sua utilização” a qual foi aprovada pela plenária do CMAS. Solange passou a palavra a conselheira Fernanda Pape, para que pudesse ser exposto e preenchido o questionário do campo “pendências” do SUAS, item BPC na Escola. Fernanda iniciou a fala fazendo uma retrospectiva do BPC na Escola, mostrando as Comissões Municipais que foram nomeadas por Portarias, sendo que a última, foi nomeada em Agosto/2010, prosseguindo com a leitura da pergunta “O Piso BPC na Escola – Questionário a ser aplicado não foi executado, conforme consta no Demonstrativo Sintético” e explicou, com o auxílio da conselheira Raquel Cassol, que nos meses de Outubro/2009 à Fevereiro/2010, os questionários foram aplicados com recursos próprios do município, tendo sido aplicados 63 (sessenta e três) questionários e outros 82 (oitenta e dois) não foram aplicados pelos motivos: 3 (três) questionários, os beneficiários não foram encontrados no endereço; 37 (trinta e sete) questionários, o endereço não foi encontrado; 24 (vinte questionários), o beneficiário havia mudado para outra localidade no mesmo município sem informar o endereço; 12 (doze) questionários, o beneficiário havia mudado para outro município; dois questionários, o beneficiário havia mudado

para outra unidade da federação; 4 (quatro) questionários, o beneficiário havia falecido e 5 (cinco), por outros motivos. Portanto, a opção de resposta escolhida e aprovada pelo CMAS foi “apesar de não ter sido utilizado o recurso federal, o mesmo foi executado com recursos próprios, não havendo descontinuidade das ações”. Com relação a pergunta “O Piso BPC na Escola – Capacitação não foi executado, conforme consta no Demonstrativo Sintético”, Fernanda explica que no mês de Novembro/2010, foi agendada uma capacitação no Centro Cultural Ondy Niederauer, que contaria com a presença do Assistente Social no INSS Agência de Toledo, Nilton Batista Leite e com representante da APPIS - Assessoria de Políticas Públicas e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência de Cascavel, Maria Filomena Cardoso André e apresentação de gráficos por Raquel Cassol, da Secretaria Municipal de Assistência Social, referentes aos beneficiários do Programa BPC na Escola do Município de Toledo. O evento não aconteceu, pois o processo licitatório não foi finalizado para que a empresa vencedora fornecesse os materiais em tempo hábil. Foi transferida a capacitação para o dia 18/03/2010, após o recesso das Escolas Públicas, para que contasse com a participação de Coordenadores, Diretores e Psicopedagogos. No entanto, a assinatura de autorização da solicitação não foi efetuada pelo Gestor Municipal, devido ao fato da Empresa ganhadora da licitação não estar em conformidade com as prerrogativas municipais, conforme informações do setor de licitações, que será justificado por escrito após revogação do processo licitatório pelo Gestor Municipal. Portanto, enquanto o processo licitatório não for revogado ou autorizado, os recursos não estão autorizados para serem gastos, ou para que ocorra novo processo licitatório. Fernanda apresentou aos Conselheiros o Termo de Revogação do Processo Licitatório / Pregão Eletrônico nº 232/2010, para aquisição de materiais para Capacitação BPC na Escola, que saiu no Órgão Oficial do dia 14/03/2011, pg. 06, o qual comprova a explicação da não realização da capacitação, e como foi publicado no dia anterior a presente reunião, o processo já está sendo montado para encaminhamento de nova licitação. Diante da explicação, o Conselho aprovou a decisão de marcar a opção de resposta “outras”, colocando como explicação “No dia 19/10/2010, foram encaminhadas solicitação de material nº 7219 e solicitação de serviço nº 7221, que geraram processo de pregão Eletrônico nº 232/2010, para atender as necessidades da Capacitação que aconteceria no dia 23/11/2010. No entanto, houveram problemas com a empresa ganhadora do processo licitatório, sendo que o processo ficou em trâmite no Departamento Jurídico e somente no dia 14/03/2011 ele foi revogado. No Órgão Oficial do Município, no dia 14/03/2011, pág. 06, foi publicado o Termo de Revogação do Processo Licitatório/Pregão Eletrônico nº 232/2010. Diante de tais circunstâncias, o evento não pode acontecer e com isso, o recurso não foi gasto. Um novo processo licitatório já está sendo encaminhado.” Após o término do preenchimento das três perguntas do questionário, a Conselheira Esther pediu a palavra, falando sobre as dificuldades no atendimento à Pessoa com Deficiência no município, que todas as políticas devem se empenhar em promover o atendimento e a inclusão da Pessoa com Deficiência. Fernanda expõe à Plenária que já está formada a Comissão de Elaboração da Lei que criará o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência no município de Toledo e que a primeira reunião já está agendada para acontecer ainda neste mês. A Conselheira Lucimar retoma que o BPC na Escola é destinado a crianças e adolescente até dezoito anos e visa a acessibilidade da pessoa com deficiência na Escola, e alega que é essencial a discussão da inclusão da criança com deficiência na Escola, pois o município ainda tem muito a avançar nesta discussão. A conselheira expõe ainda, a sua preocupação em relação aos processos licitatórios da Prefeitura, pois não apenas na área da pessoa com deficiência é moroso, mas em outras áreas que ela tem oportunidade de acompanhar, como saúde e criança. Coloca que o Conselho precisa pensar no que pode auxiliar para ajudar neste processo, pois o Conselho acaba tendo que responder por algo que parece estar “travado” no setor de licitações. A presidente Maria Inês endossa as palavras da conselheira Lucimar, dizendo que percebe a mesma morosidade em relação às licitações das áreas da Assistência Social e que o Conselho deve, sim, aprofundar essa discussão, pois tal morosidade pode atrapalhar o desenvolvimento dos Serviços. Passando para o próximo item de pauta, a Conselheira Fernanda fala que a Secretaria Municipal de Assistência Social recebeu uma solicitação de preenchimento de um questionário para o Conselho Nacional de Assistência Social, que solicita informações sobre a Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. A Conselheira Solange iniciou a leitura das perguntas e a Plenária foi respondendo de forma conjunta.

“Pergunta 1 – O Conselho Municipal tem conhecimento sobre a Resolução CNAS nº 16/2010 e seus documentos de orientações para a sua implementação?” Resposta: “Sim. A Resolução 16 de 2010 do CNAS foi um assunto amplamente discutido no CMAS, sendo elaborado e aprovado instrumentais para inscrição no CMAS de acordo com esta Resolução.” Pergunta 2 – “O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) já tem a Resolução CNAS nº 16/2010 implementada por meio de resolução própria?” Resposta: “Sim. Existe a Resolução nº 47 de 15/12/2010 do CMAS que dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, às entidades,

organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.” Pergunta 3 – “Quais as dificuldades encontradas pelo CMAS para a implementação da Resolução?” Resposta: “A maior dificuldade foi referente à adequação da Resolução do CNAS nº 109 de 2009 – Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais, em que fez-se necessária a reorganização da rede socioassistencial conforme os serviços estabelecidos pela Tipificação. Outra dificuldade refere-se ao curto espaço de tempo para adequação às exigências apresentadas pela Resolução nº 16 do CNAS, que, apesar dos avanços que a referida Resolução trouxe, o CMAS considera necessário retomar o debate. Ainda, o CMAS considera como uma dificuldade à falta de oferta de Capacitação pelo MDS no que diz respeito as Resolução do CNAS nº 109 de 2009 e nº 16 de 2010.” Pergunta 4 “Relate experiências do CMAS sobre a implantação da Resolução e que poderão ser divulgadas como “experiências exitosas” pelo CNAS.” Resposta “Houve ampla discussão e envolvimento do Conselho Municipal de Assistência Social no debate sobre a Resolução nº 16 de 2010. No Município, já havia uma prática de cadastramento da rede, mas a partir das Resoluções 109/2009 e 16/2010 veio a necessidade de construção de novos instrumentais adequando-se as legislações atuais do SUAS. O CMAS, através de uma Comissão Especial elaborou e apresentou em plenária (tendo sido aprovado) os instrumentais para a Inscrição no CMAS e para o Monitoramento e Avaliação da rede socioassistencial do SUAS, utilizando como base as Resoluções do CNAS nº 109 de 2009 e nº 16 de 2010. No que se refere ao processo de implantação do SUAS no Município, em Toledo tem ocorrido de forma participativa pela rede socioassistencial e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, organizando a rede pública e privada – de acordo com o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social. O CMAS avalia este processo de forma positiva, pois em pouco tempo o Município conseguiu avançar adequando-se as normativas federais, mesmo com sua trajetória histórica em que desenvolvia práticas de organização da rede executora da política de assistência social. Apesar de dificuldades nesse processo, houveram muitos avanços para a organização da rede sócioassistencial.” Sem mais, a Presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a reunião e eu, Fernanda Pape encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.